



# XX ENANCIB

21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

A Ciência da Informação e a era da Ciência de Dados

ISSN 2177-3688

**GT-3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação**

**POR UMA RELAÇÃO CULTURAL COM A INFORMAÇÃO**

***FOR A CULTURAL RELATIONSHIP WITH INFORMATION***

Ismael Lopes Mendonça – Universidade Federal de Minas Gerais

Luiz Tadeu Feitosa – Universidade Federal do Ceará

Lígia Maria Moreira Dumont – Universidade Federal de Minas Gerais

**Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** A partir de pressupostos conceituais sobre a cultura como fenômeno antropológico e significativo, além da informação como categoria sociocultural, este trabalho busca refletir a relação entre mediação cultural e mediação informacional, propondo uma ampliação da ideia de mediação trabalhada na Ciência da Informação como algo gregário da cultura, integrante da cadeia simbólica das ordenações de sentidos que regem as ações e intenções humanas. Por meio de revisão de literatura, que inclui textos antropológicos, da Comunicação, além de autores da Ciência da Informação, o artigo revisita a ideia de mediação, refletindo sobre os cotidianos diversos e incertos pelos quais a informação é gerada e apropriada pelo homem. Ao final, considera ser tarefa dos estudos mediacionais contextualizar os fenômenos sociais a fim de compreendê-los à luz de seus próprios sistemas ordenadores, promovendo abertura para novas manifestações fenomenológicas de significados que são também informacionais – fato que promove renovação ao campo da Ciência da Informação.

**Palavras-Chave:** Atributos da informação; Complexidade; Epistemologia da Ciência da Informação; Mediação cultural; Mediação da informação.

**Abstract:** From conceptual assumptions about culture as an anthropological and significant phenomenon, in addition to information as a sociocultural category, this paper seeks to reflect the relationship between cultural mediation and informational mediation, proposing an expansion of the idea of mediation worked in Information Science as something gregarious of culture, part of the symbolic chain of the ordinances of meanings that govern human actions and intentions. Through a literature review, which includes anthropological texts, Communication, as well as authors of Information Science, the article revisits the idea of mediation, reflecting on the diverse and uncertain daily lives through which information is generated and appropriated by man. In the end, it considers it the task of mediational studies to contextualize social phenomena in order to understand them in the light of their own ordering systems, promoting openness to new phenomenological manifestations of meanings that are also informational – a fact that promotes renewal in the field of Information Science.

**Keywords:** Complexity; Cultural mediation; Epistemology of Information Science; Information attributes; Mediation of information.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva discutir a relação que existe entre as mediações culturais e as mediações informacionais. Para isso, toma como fundamento as bases conceituais constitutivas da cultura enquanto fenômeno antropológico e mediacional, ordenador dos sentidos pelos quais o homem vive e produz. Além disso, considera a informação como um fenômeno indissociável da cultura, algo construído, disseminado e reverberado a partir das relações advindas das dinâmicas humanas, que promovem sistemas, necessidades, classificações, buscas, usos e apropriações. Sendo produto da cultura, como também colaboradora dessa, a informação muitas vezes se confunde, nas práticas de ordenação simbólica, com a matriz de onde provém e para a qual sempre retorna, como participante de um devir semiótico ininterrupto.

“Por uma relação cultural com a informação” pode até parecer um título obtuso ou óbvio para alguns, mas a ideia é problematizar as relações intrínsecas entre informação e cultura, entre mediação cultural e mediação informacional, entre os sistemas ordenadores e simbólicos que interagem com o fito de não separar criatura e criação. Em outras palavras, e a despeito das diferenças de campo, cultura e informação são, pode-se dizer, fios de um mesmo tear, sentidos de uma mesma tessitura notadamente humana.

Noutro viés problematizador, o artigo se propõe a ampliar os significados que podem ser atribuídos ao termo “mediação” nos estudos que integram Ciência da Informação e Comunicação. Não apenas por uma escolha metodológica, mas, sobretudo, por se entender que o assunto cabe em outro trabalho reflexivo e não neste, optou-se por suprimir desta discussão a figura do “mediador”. Assim, a opção metodológica das problematizações é aproximar fenômenos mediacionais em duas instâncias – cultura e informação – que muitas vezes aparecem em lugares opostos ou diferentes. Ao contrário disso, este artigo delimita os diálogos possíveis de serem testemunhados entre mediações culturais e informacionais.

Assim, quando a seção dois se refere à “mediação cultural da informação”, baseia-se ela em duas abordagens antropológicas problematizadas a partir e ao longo dos processos ordenadores da cultura, em torno dos quais trabalham, preferencialmente, Norbert Elias e Clifford Geertz. A primeira se refere ao potencial mediacional da cultura, que oferece um caleidoscópio de sentidos e significados que informam, orientam, ajudam nas tomadas de decisão e criam, enfim, instâncias de ordenações simbólicas. Tal perspectiva é, portanto, de natureza mediacional, mas também semiótico porquanto se refere às relações de

entendimento dos sentidos, assim como às simultâneas redes e processos de novas semioses. Essa matriz cultural é o que inaugura no mundo as relações mediacionais entre o desconhecer e o conhecer conduzido por “teias de significados” (GEERTZ, 2015) em eterno devir. É desse processo ordenador *de e por* sentidos em que nasce a cultura.

A outra matriz antropológica é a que trata a informação como produto da cultura, ainda que, uma vez sofisticada e protagonizada por ações próprias, também nasce e é regida pelas mesmas intenções mediacionais. Ainda que a informação seja tratada pela Semiótica como fenômeno presente em todo o universo, é a sua porção sociocultural que interessa aqui. Esta, assim como a cultura, mas com seus próprios sistemas de ordenação, também cria suas instâncias ordenadoras e suas ordenações informacionais. Assim, a informação sociocultural já nasce enredada por teias mediacionais, e essas são tanto culturais quanto informacionais.

Ainda que pareça evidente, as assertivas acima se referem aos processos ordenadores como algo preñado de necessidades mediacionais de toda ordem. Nesse sentido, como sugerido neste artigo, a mediação cultural da informação não pode ser deslocada dos seus processos de construção/produção, de veiculação/circulação, de recepção/apropriação. Isso é importante para entender que tanto os processos de ordenação simbólica da cultura, como aqueles apreendidos pelos fenômenos informacionais, não podem ser entendidos sem as relações causais e semióticas que acontecem nos contextos de produção, circulação e apropriação. Isso posto, implica chamar a atenção para a complexidade dos processos de mediação da informação, que não pode situar-se confortavelmente entre uma “informação desejada” e uma “informação recebida”.

Os interesses diversos da informação mediada precisam também ser ensejados pelos processos ordenadores de todo o caminhar informacional e dos processos de informação. Não por acaso, a Ciência da Informação vem se debruçando sobre as relações que se estabelecem entre informação, comunicação e cultura. É disso que trata a seção três, intitulada como “ordenações da cultura”. A compreensão antropológica da informação realça o caráter e a natureza mediacional da informação sob a égide de mediações feitas a partir das frestas e das porosidades mediacionais – algo que se opõe às operações restritas ao recorte matemático dos processos de comunicação e de informação, onde um emissor envia, a um receptor, informações/dados/mensagens.

Tem-se, então, duas problematizações sobre a mediação da informação. Uma que precisa se debruçar sobre os efeitos culturais e simbólicos dos processos ordenadores dos

fenômenos informacionais, e outra que deve levar em conta os contextos e as interferências socioculturais da informação no imaginário e no cotidiano dos sujeitos que buscam informação. Some-se a isso à complexidade sociocultural dos contextos de informação, às informações em fluxos e em processos cada vez diversos, aos hibridismos informacionais nos contextos de armazenamento, de busca e de apropriação, aos atuais cenários de informação em virtualidades. Enfim, deve-se problematizar a existência de interfaces complexas, como também o são as maneiras de ordenar e de promover mediação.

## **2 MEDIAÇÃO CULTURAL DA INFORMAÇÃO**

O fenômeno da mediação é proposto por alguns autores da Ciência da Informação como sendo o novo ou atualizado objeto de estudo do campo, capaz de justificar ou reafirmar a presença da área no domínio das ciências sociais e humanas. Dentre eles, no Brasil, a partir das ações de pesquisa do grupo “Interfaces: informação e conhecimento”, Almeida Júnior (2009) tem desenvolvido a ideia junto a docentes, pesquisadores e estudantes, localizando seu trabalho no âmbito dos serviços realizados nos centros de informação e refletindo o papel dos profissionais no atendimento às várias demandas dos usuários desses espaços. O autor classifica a mediação da informação como:

Toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92).

A expressão “ação de interferência” possui aqui um caráter mediacional. Trata-se de interferências proativas que não se limitam a intervenções operadas durante o processo de busca e de acesso a informações, mas também à compreensão das novas facetas dos fenômenos informacionais que necessitam de estudos e reflexões aprofundadas, porquanto se manifestam cada vez mais difusos, incompreensíveis e, muitas vezes, pautados ou ensejados por processos opostos à natureza do informar. Essa antecipação aos meios e operações que podem “desinformar” sujeitos ao invés de informá-los, gerando estranheza no lugar de estabelecer mediações positivas, é mais do que apenas uma intervenção ou interferência da ordem de literacia informacional: diz respeito à antevisão dos processos informacionais em cenários e contextos complexos, muitas vezes obtusos e caóticos, outras vezes urdidos por

“fakes” informacionais ou por procedimentos piores de interferências disfarçadas e nocivas às verdadeiras mediações defendidas pela literatura da Ciência da Informação.

Do mesmo modo, a mediação a uma “necessidade informacional”, bem como as relações com os complexos processos de “apropriação de informação”, também requerem uma compreensão do fenômeno cultural da informação na constituição das demandas informacionais e dos seus sujeitos, além do papel da cultura na formação dela própria e dos indivíduos que nela se organizam e estabelecem, por meio dela, coletividades e sentidos. Essa ação dialógica entre a cultura com sua rede de simbolismos e o entendimento da informação em plurais demandas e cenários se faz necessária diante das formas significantes e pragmáticas, cujas apropriações informacionais cotidianas extrapolam usos objetivados.

Nuclear para o conceito de Almeida Júnior (2009), portanto, a noção de “interferência” se refere tanto ao que é apreendido pelo profissional do centro de informação em atenção às necessidades apontadas pelos usuários, como a que ele mesmo, o usuário, realiza frente aos acervos e sistemas, diante de seu poder de seleção sobre o que lhe é apresentado. Por considerar essa complexa relação centrada no universo dos sujeitos, em suas necessidades, ações e apropriações, é que o autor rejeita a ideia tradicional de ponte e propõe uma noção ativa e interativa para o fenômeno da mediação, onde profissionais, interpretados como mediadores, e o público, motivo de todo o processo, possuem papel relevante na construção da cena informacional.

Por esse pressuposto, a mediação é defendida como “um processo histórico-social”, concretizado pela “relação dos sujeitos com o mundo” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 93). Além disso, a informação, objeto clássico da área, condiciona-se às relações de apropriação que por sua vez só ocorrem no exercício da relação interferente entre mediador e usuário, gerando “concepções e significados que extrapolam o aparente” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 93).

Assim, entende-se que, impregnada por interesses diversos, a informação mediada não seria apenas o objeto físico ou virtual processado e disponibilizado para algum, ou mais de um, sistema de busca, mas um fenômeno, antes de tudo, socialmente estabelecido, formado por forças que se conjuram no campo da intersubjetividade. Como resultado de intenções que se mesclam com interpretações operadas pelos sujeitos, a informação mediada se qualifica efêmera, pois só acontece de fato quando considerada pelo usuário. Diante dessa complexidade é que Almeida Júnior (2009) defende a alteração do objeto de estudo da Ciência da Informação, de informação em si, coisa registrada, para informação mediada, algo

significante, tendo em vista ser por relações de mediação, expressas pelo jogo dialético entre os sujeitos, que ela se torna útil e produz efeitos.

A mediação da informação permite e exige concepção de informação que desloque o usuário da categoria de mero receptor, colocando-o como ator central do processo de apropriação. Dessa forma, defendemos que o usuário é quem determina a existência ou não da informação. A informação existe apenas no intervalo entre o contato da pessoa com o suporte e a apropriação da informação. Como premissa, entendemos a informação a partir da modificação, da mudança, da reorganização, da reestruturação, enfim, da transformação do conhecimento. Assim entendida, ela, informação, não existe antecipadamente, mas apenas na relação da pessoa com o conteúdo presente nos suportes informacionais. Estes são concretos, mas não podem prescindir dos referenciais, do acervo de experiências e do conhecimento de cada pessoa. Em última instância, quem determina a existência da informação é o usuário, aquele que faz uso dos conteúdos dos suportes informacionais (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 97).

Nota-se como o conceito de mediação informacional está enredado na epistemologia social da Ciência da Informação, onde a informação é vista como um fenômeno político e sociocultural, não mais como um dado descolado de contexto, fórmula logarítmica ou elaboração mental, portanto. Mesmo se valendo de relações de forças, opera fora da lógica “emissor-para-receptor”, pois o poder é dado à recepção, aqui caracterizada como usuário, que passa “a ser um construtor, um co-produtor [sic] da informação”, meio pelo qual a “autoria deixa de ser única e passa a ser repartida, distribuída entre todos os que farão uso da informação em potência” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 97). Nessa lógica, a “informação representa o desconhecido. Sendo assim, é inquieta e, como tal, causa inquietações, conflitos. Apesar de se constituir no indivíduo, é dependente do coletivo”, não sendo possível, portanto, determinar seu efeito, como conclui o autor (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 98).

De acordo com Nunes e Cavalcante (2017), que refletem a ocorrência de uma *epistème* mediacional crescente na Ciência da Informação brasileira, além da noção da mediação da informação, há outra modalidade recorrente no campo: a mediação cultural, cujos estudos estão apoiados no tripé informação, comunicação e cultura. Suas origens, na área, remetem às ações promovidas pelos centros de informação no sentido de envolver o público com “atividades reconhecidas como sendo de caráter cultural” (NUNES; CAVALCANTE, 2017, p. 11), como pintura, dança, teatro e exposições, onde o mediador promove leituras e apropriações dos significados das obras e das ações junto ao público. Dessa instância de serviço, a mediação tem migrado na Ciência da Informação para:

[...] ser compreendida como resultado de um processo no qual informação, produtor, audiência e dispositivos tecnológicos estão em constante interação, possibilitando uma complexa negociação de significados. A circulação de significados é mais do que um mero fluxo em dois estágios, não estando restrito à transmissão e à recepção de informações, ao contrário, age abrangendo tanto os textos como os usos e apropriações que os indivíduos fazem de tais textos em diferentes contextos. A apropriação pode se dar já no processo de mediação, efetivando-se no instante em que um produto ou bem cultural [...] é capaz de modificar o comportamento ou as práticas sociais de um indivíduo (NUNES; CAVALCANTE, 2017, p. 12).

Como uma atividade dependente do contexto onde os indivíduos estão envolvidos, a fim de que haja partilha de códigos significantes diversos, a mediação cultural se relaciona “à forma com a qual os sentidos são postos em movimento, sendo constantemente reelaborados pelos próprios indivíduos ao se apropriarem de signos e linguagens [...], destinando-se mais à apropriação do que à mera recepção de bens simbólicos e culturais” (NUNES; CAVALCANTE, 2017, p. 13). Neste caso, a apropriação é a garantia de que, para além de um consumo ou uso acomodado, os sujeitos agem e interagem sobre a informação mediada, sobre as mensagens e os documentos, apreendendo os significados e gerando outros que dinamizam e potencializam novos fluxos infocomunicacionais, ou seja, outras ofertas recursivas e transitórias de sentido.

Diante disso, partindo de reflexões teóricas e epistemológicas em torno de uma disciplina de pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará, chamada “Cultura e mediação da informação”, Feitosa (2016, p. 99) defende ser necessário “situar os processos informacionais nos contextos culturais”, respeitando os desafios e as potencialidades que essa tarefa evoca. Tomando a definição de cultura, pode-se ler no trabalho em lide a afirmação de que:

A cultura é o processo através do qual o homem cria o algo onde antes imperava o nada. Esse algo é toda complexidade de criações simbólicas, de sentidos e significados que damos às coisas e ao mundo. Um “algo” que não se sustenta se não se entender os processos culturais como mecanismos de mediação entre nós e os fenômenos. Assim, mais do que apenas um elemento da comunicação [e da informação], a mediação é, por excelência, cultural. As diversas modalidades de mediação são apenas sotaques diferenciados dessa mediação [que já nasce como] cultural. Assim é a mediação informacional (FEITOSA, 2016, p. 102).

Por esse ponto de vista, a mediação cultural opera na forma de uma relação hermenêutica aplicada aos fenômenos informacionais, cuja regra tradutora se dá a partir da

própria cultura, essa, por sua vez, interpretada como um sistema ordenador a criar diversos sentidos. A informação seria então um signo em constante busca de significado, de completude, de referente, a ser estabelecido e apropriado pelo intérprete no âmbito da mediação ordenada pelas vivências e experiências socioculturais. Assim, a mediação, ela mesma, manifesta-se como “um fenômeno gregário da cultura” (FEITOSA, 2016, p. 103), onde mediar “é garantir a liberdade e o exercício de um pensar junto, unido, integrado ao humano e às suas necessidades ditas e reivindicadas por ele e suas demandas” (FEITOSA, 2016, p. 108). Se “os significados mudam, se intercambiam”, é porque a própria cultura, em seu sentido plural e antropológico, revela-se como “o espaço ambivalente das linguagens em atualizações constantes de seus significados e do próprio caráter fenomenológico da informação produzida, difundida e recebida, sempre a criar novas semioses” (FEITOSA, 2016, p. 109).

Além de Edgar Morin, com a teoria da complexidade, dos estudos culturais aplicados à comunicação, como os de Jesús Martín-Barbero e Néstor García Canclini, e do conceito antropológico de cultura advindo de Clifford Geertz, uma das referências utilizadas por Feitosa (2016) na construção de seu discurso sobre a importância de um estudo mediacional na Ciência da Informação com base cultural e epistemológica é o texto da professora e pesquisadora em Semiótica e Comunicação, Lucrécia Ferrara. A partir de uma crítica sobre as imposições dos meios que prescrevem mediações rígidas, Ferrara (2015, p. 7), distingue os fenômenos “mediação” e “interação”, onde “o domínio da mediação caracteriza uma comunicação que se padroniza como código e mensagem a se irradiar de um emissor para um receptor unidimensional”, enquanto que “o domínio da interação caracteriza uma comunicação que se homologa como possibilidade ou tentativa incerta do comunicar”.

Diante disso, a autora atesta que é na fronteira entre essas duas relações que “se define um comunicar [ou um informar] que se manifesta como imprevisibilidade, ao superar os códigos, meios ou suportes que caracterizam as mediações, mas não se revelam nas interações” (FERRARA, 2015, p. 14). E conforme prossegue:

O sutil e antiespetacular comportamento das fronteiras permite o desenvolvimento de influências entre planos distintos enquanto comunicação e manifestação da cultura. Inserindo-se no cotidiano das trocas, propõem-se outra comunicação que, indecisa e imprevista, se manifesta na hibridez subjacente ao próprio conceito de fronteira, tal como é, plasticamente, definido pela semiótica da cultura e capaz de evidenciar polaridades conceituais, como a que se estabelece entre mediação e interação. Na condição de artefatos conceituais, tais mediação e interação querem definir limites e acabam por encobrir a realidade de fronteiras do



**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019**  
**21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

mediar que, na realidade, é a que deve interessar à comunicação [ou à informação] (FERRARA, 2015, p. 18).

No cenário de fluidez e dos diversos processos interconectados no mundo, as fronteiras de composição geográfica, segundo Canclini (2015), são locais onde as culturas e as identidades clássicas se desestabilizam e se hibridizam, manifestando-se heterogêneas, mestiças, sincréticas. O mesmo ocorre nas fronteiras simbólicas das relações comunicacionais e mediacionais consideradas por Ferrara (2015), que por serem porosas como as territoriais são, possibilitam uma riqueza interativa de ordem oscilante, sem as imposições e os limites predefinidos dos meios e dos sistemas de comunicação e de informação, onde a ação do comunicar e os efeitos do informar se entregam a inusitadas dimensões culturais e apropriadoras por parte dos sujeitos. Essa manifestação fenomenológica das fronteiras caracteriza o terreno fértil dos processos dinâmicos de construção de sentidos junto aos signos e suas traduções, entidades infocomunicacionais complexas. Ela está, portanto, fora das relações movidas de modo linear e unilateral, por ser fonte de ambivalências e por estar em constante fluxo de significações e ressignificações, onde o comunicar e o informar se traduzem como espaços que envolvem diferenças (FERRARA, 2015).

Essa fronteira mediacional é, portanto, híbrida, pois nela “se encontra não só o caráter conservador simplesmente transmissivo, instrumental e passivo da comunicação, mas também aquele inovador e ativo, que exige uma espécie de revisão do papel do receptor, tendo em vista uma autocomunicação” (FERRARA, 2015, p. 42). Os regimes que se dão a partir da lógica de tráfego consideram os signos, os fenômenos culturais e infocomunicacionais, como elementos de mobilidade única, cujas significações são padronizadas. Por outro lado, se considerada uma semiosfera “mestiça”, onde os fenômenos sociais e infocomunicacionais interagem e se mesclam com a cultura (CANCLINI, 2015; GEERTZ, 2015; FERRARA, 2015), as mediações se mostrarão prenhes da imprevisibilidade advinda das interações sociais, assumindo suas particularidades, historicidade, dinamismo e subjetividades.

Isso força, por sua vez, a adoção de métodos e tecnologias que permitam fluir tal complexidade, tal como Capurro (2014, p. 130, grifos do autor, livre tradução) propõe:

Quando os *textos* – os da natureza e os da cultura – são concebidos como *mensagens*, os *escritores* e os *leitores* se tornam *messageiros*. Para que isso funcione a nível social, sem estruturas verticais de poder que bloqueiem *ad libitum* esses processos, é indispensável que desenvolvamos e mantenhamos dispositivos de comunicação bidirecionais, horizontais e recursivos.

Ou seja, se o fenômeno mediacional na área como um todo alude “aos múltiplos entrecruzamentos que se consomem como consequência da relação entre informação, indivíduo e cultura, dentre outras camadas do tecido social, acarretando transformações importantes na própria constituição epistemológica da Ciência da Informação” (NUNES; CAVALCANTE, 2017, p. 18), faz sentido considerar a informação como mensagem recursiva (CAPURRO, 2014), cujos atores e dispositivos interagem não apenas na intenção de fixar formas dentro de complexos processos infocomunicacionais, mas, assumindo o perfil de mediadores, passam a informá-las, comunicá-las, permitindo constantes atualizações ou reelaborações dessas mensagens. Assim, no âmbito dos estudos da cultura e das mediações informacionais, essa informação, considerada como mensagem, matéria ou signo, comporta-se sempre de modo polissêmico, cujas mediações se darão por interações variadas, a depender das interferências da recepção com suas diferentes práticas interpretativas de mundo. É por isso que a informação materializada (FROHMANN, 2008) se torna significativa, molda e é moldável. Ela possibilita efeitos por relações que são estabelecidas e apropriadas a partir dos processos de mediação e de interação de ordem contextual, indiciando, com isso, pistas reveladoras dos seus ambientes de origem ou de produção.

### **3 ORDENAÇÕES DA CULTURA**

Faz-se necessária uma reflexão mais específica sobre o conceito antropológico de cultura e de ordenação aqui considerados, a fim de que fortaleça o pensamento em prol de uma mediação cultural e antropológica da informação. “Os fenômenos culturais são vivenciados pelo indivíduo, mas suas significações são válidas somente dentro de um quadro histórico e social”, necessitando sempre de “um contexto de referência” para significarem, declara Caune (2014, p. 61), estudioso das categorias “cultura” e “comunicação” como estruturas que se completam. Com isso, os processos de mediação, embora potencialmente amplos de significados devido às ações de interação, limitam-se ou se condicionam aos ambientes ordenadores dos indivíduos, que em uma compreensão antropológica, por sua vez, assume uma dimensão porosa: algo em constante reconfiguração.

Como sistema que modela as percepções e as intenções dos sujeitos, transformando o potencial formador e informador do homem em realizações significantes, a cultura é definida por Ostrower (2013, p. 13) como “as formas materiais e espirituais com que os

indivíduos de um grupo convivem, nas quais atuam e se comunicam e cuja experiência coletiva pode ser transmitida através de vias simbólicas para a geração seguinte”. Essa cultura nasceu junto às primeiras civilizações, quando os ancestrais humanos desenvolveram maneiras de sobrevivência em seus agrupamentos, e está vinculada diretamente aos processos fixadores ou mediadores de memórias e de conhecimentos estabelecidos.

Como ressalta Ostrower (2013, p. 24): “No que o homem faz, imagina, compreende, ele o faz ordenando”, maneira pela qual tudo “se lhe dá a conhecer em disposições, nas quais as coisas se estruturam”. O termo “ordenação”, aqui, diz respeito a como os fenômenos simbólicos são operados de maneira a construir sentidos junto ao homem. Na abordagem sociológica, o conceito de ordenação é denso e está ligado ao modo como as sociedades se organizam e se orientam. De acordo com Elias (1996), por exemplo, o processo civilizador do Ocidente se fez a partir de uma economia afetiva, isto é, pela reprimenda dos impulsos naturais do homem, seus instintos biológicos, atos que as elites esclarecidas e abastadas do início da era moderna taxavam como vulgares. Assim, no percurso transitório da vida feudal para o estabelecimento dos centros urbanos, passou-se a cultivar e difundir manuais ou tratados impressos que regulavam o corpo e os costumes em prol estabelecer valores e padrões sociáveis. A sociedade da época foi, então, ordenada por modelos de um comportamento idealizado, etiquetado pela corte como o “sinal específico de uma fase particular na rota para a ‘civilização’” (ELIAS, 1996, p. 34).

Para Geertz (2015, p. 4), sob a perspectiva semiótica, a cultura, para além da noção de civilidade, opera na forma de “teias de significados” às quais o homem teceu e pelas quais ele se encontra dependente. Assim, ela é compreendida como um complexo sistema ordenador compartilhado e intrínseco às formas sociais de vida, atuando como uma rede que a todos relaciona, sem distinção. Essa cultura, como sistema ordenador, é o que estabelece, no contexto das ações humanas, os sentidos de existência das formas que agregam, mas também daquelas que excluem e dispersam. Diante disso, as relações culturais atuam em coautoria às disposições humanas, tendo os sentidos possibilitados por essa teia de simbolismos infinita. Nas palavras do autor: “É por intermédio dos padrões culturais, amontoados ordenados de símbolos significativos, que o homem encontra sentido nos acontecimentos através dos quais ele vive” (GEERTZ, 2015, p. 150).

A cultura, esse sistema amplo e propiciador de mediações e interações complexas, mostra-se também como um programa híbrido, atualizável, plural (CANCLINI, 2015), o que

Ihe permite coexistir em diferentes interfaces ou maneiras de ordenar e de promover mediação. Não somente existem contextos diferentes a propiciar diferentes leituras de mundo, como dentro de cada contexto, a “participação do indivíduo [...] é sempre limitada; [uma vez que] nenhuma pessoa é capaz de participar de todos os elementos de sua cultura” (LARAIA, 2009, p. 80). Assim, cada cultura ordena “a seu modo o mundo que a circunscreve”, e cada diferente ordenação “dá um sentido cultural [e conseqüentemente um efeito próprio] à aparente confusão das coisas naturais” (LARAIA, 2009, p. 92). Tal ideia amplia e reforça o teor subjetivo das interpretações culturais, pois os diferentes contextos existentes são sistemas dinâmicos, mudam conforme são atualizados os papéis dos sujeitos que participam dele e de suas complexas cadeias infocomunicacionais, diluindo fronteiras predefinidas pela porosidade da relação mediadora cultural e interativa. Considerar as complexidades da cultura nesse cenário de relatividade e de transitoriedade é condição essencial para tratar, portanto, de mediação cultural e de regimes mais flexíveis de produção de sentidos, bem como de mediação e de apropriação informacional.

Convém, com isso, observar as dinâmicas pelas quais os sujeitos, no âmbito de suas vivências e experiências complexas, estão a construir seus códigos culturais. Esses códigos e suas ordenações estarão voltados para as ações que são geradas no cotidiano das práticas anônimas, onde “a relação (sempre social) determina seus termos” e onde “cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais” (CERTEAU, 2014, p. 37). Deve-se respeitar, pois, a cultura cotidiana, que “se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*” (CERTEAU, 2014, p. 38, grifo do autor), dando atenção às suas saídas táticas e discretas, às deixas simbólicas que confrontam e desestabilizam estratégias impositivas, instrumentais e totalizantes. “Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do porvir”, reforça Laraia (2009, p. 101).

Pelas ordenações da cultura como conceito antropológico, a mediação cultural da informação se mostra como um meio fértil, capaz de acessar as múltiplas relações simbólicas de maneira indissociável ao contexto em que acontecem as interações porque este, por si, já se constitui mestiço e fluido. A cultura permite aos indivíduos, no âmbito de suas vivências, o protagonismo dos processos de mediação, tornando-os construtores de experiências significantes e igualmente informacionais. Essa noção dispensa o modelo do conhecimento racional e “apriorístico”, pretensamente universal em suas validações estabelecidas, tendo em

vista que o fenômeno da informação social e culturalmente mediada se manifesta de maneira efêmera e sujeita a interpretações e relações intersubjetivas, que por sua vez são improváveis porque as culturas tecem teias de significados a partir de complexos fios que tanto afetam as relações humanas, como permitem, por elas, serem afetadas. Se à cultura for dada a centralidade das relações de mediação da informação, é, pois, nesta perspectiva que ela deve ser tratada: como um organismo pluralmente ordenado e que promove mediações, interações e interpretações também diversas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O ideal modernista e positivista, que imprimiu convicções humanas em propostas tidas perfeitas e impessoais, não se sustentou com a perda de suas referências no período de pós-revolução industrial e no de pós-guerras, evidenciando ambiguidades, desencaixes, desterritorializações, liquidez. Essas formas, no entanto, a despeito de seu potencial infocomunicacional complexo, de sua materialidade significativa, ainda são tomadas pelo raciocínio instrumentalista que enxerga somente os usos imediatistas, as regras de operação e as estratégias rigorosas de disseminação, esquecendo-se da cadeia polissêmica de sentidos que atua para além de um objeto ou de um uso aparente. Pelas tramas da cultura e de seu complexo tear significativo, o homem e as produções se apresentam como partes desse universo mutante e minado por incertezas, pois a cultura de viés antropológico não atua como uma coletânea de leis universais, mas como um dinâmico sistema simbólico, meio pelo qual os indivíduos interagem para estabelecer seus sentidos.

Com isso, a tarefa dos estudos mediacionais não é lançar explicações finais ou estabelecer causalidades aos fenômenos sociais, mas buscar contextualizá-los para compreendê-los à luz de seus próprios sistemas ordenadores. Essa proposta antropológica compreensiva respeita as alternâncias e as particularidades culturais, considerando-as como códigos expressivos dos fenômenos observados. Assim, o sentido a guiar uma mediação cultural não é o da associação exclusiva e formalista, mas a abertura para novas manifestações fenomenológicas de significados, para possibilidades mediadoras outras que, por consequência, são igualmente informacionais, para além do que já se encontra posto pelos regimes consagrados do campo, revelando que o “novo” ou “atual” objeto mediacional dos estudos de informação é, antes de tudo, de ordem complexa.

Essa percepção renova, então, as pesquisas contemporâneas promovidas pela Ciência da Informação, focadas não mais em dispositivos ou realidades deslocadas, mas em contextos socioculturais por onde a informação, como fenômeno, é mediada, circula e é apropriada pelas relações estabelecidas entre os sujeitos. Pela cultura, aplicada aos fenômenos informacionais, são construídas relações de mediação e laços de pertença ou de apropriação. Portanto, os estudos culturais e mediacionais da informação valorizam as perspectivas contextuais e, por extensão, as inúmeras formas pelas quais os fenômenos mantêm diálogo com os sujeitos, lançando o campo investigativo para o terreno das polissemias, das efemeridades e das intersubjetividades humanas, ampliando seu comportamento tradicionalmente interdisciplinar.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://goo.gl/y8BQWM>. Acesso em: 09 ago. 2019.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2015.

CAPURRO, Rafael. Pasado, presente y futuro de la noción de información. **Logeion: filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 1 n. 1, p. 110-136, ago./fev. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2kUE1in>. Acesso em: 09 ago. 2019.

CAUNE, Jean. **Cultura e comunicação: convergências teóricas e lugares de mediação**. São Paulo: UNESP, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

FEITOSA, Luiz Tadeu. Complexas mediações: transdisciplinaridade e incertezas nas recepções informacionais. **Informação em pauta**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 98-117, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2OYdsHg>. Acesso em: 09 ago. 2019.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Comunicação mediações interações**. São Paulo: Paulus, 2015.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de. (Org.). **A**

**XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019**  
**21 a 25 de outubro de 2019 – Florianópolis – SC**

**dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação.** São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: FUNDEPE, 2008. p. 19-34.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2015.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. 24. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

NUNES, Jefferson Veras; CAVALCANTE, Lídia Eugênia. Por uma epistémica mediacional na Ciência da Informação. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...].** Marília: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2017. p. 1-20. Disponível em: <https://bit.ly/2mkdKud>. Acesso em: 09 ago. 2019.

OSTROWER, Fayga. **Criatividade e processos de criação.** 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.